

Comissão constitucional é por serviço civil como alternativa para o militar

Se o projeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais transformar-se na nova Constituição, o brasileiro poderá eximir-se da prestação do serviço militar tradicional, substituindo-o pela prestação de serviço civil, a ser definida por regulamentação própria. Essa proposta foi aprovada por dois terços dos trinta conselheiros que se reuniram ontem, no segundo dia de estudos que se realizam no Centro de Treinamento e Convenções (Centrecon), do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis.

O brasileiro que não queira se submeter ao treinamento militar com armas e ser alojado em quartel poderá optar, por exemplo, por um trabalho social. O artigo aprovado ressalva, entretanto, que esse direito não se aplica em tempo de guerra. A obrigatoriedade do serviço militar já tinha sido aprovada em um artigo de outro comitê de estudos e a proposta de ontem abriu chance para outra opção.

Para o Conselheiro Clóvis Ferro Costa, a opção pela prestação de serviço civil é o primeiro passo que a legislação dá para acabar com a obrigação do serviço militar. Ele acha que a Forças Armadas devem ser mais profissionais e só os voluntários se colocariam à disposição delas. O serviço obrigatório, segundo Ferro Costa, estabelece uma coação militar sobre o civil, além de ter uma "tendência burocrática".

— Hoje — disse ele — esse serviço é entendido como uma punição e

acho que os voluntários desenvolveriam melhor e com mais vontade os objetivos militares. O fato de que as classes baixas seriam a maioria nas Forças Armadas é até positivo, porque os pobres têm consciência mais aguda dos problemas sociais.

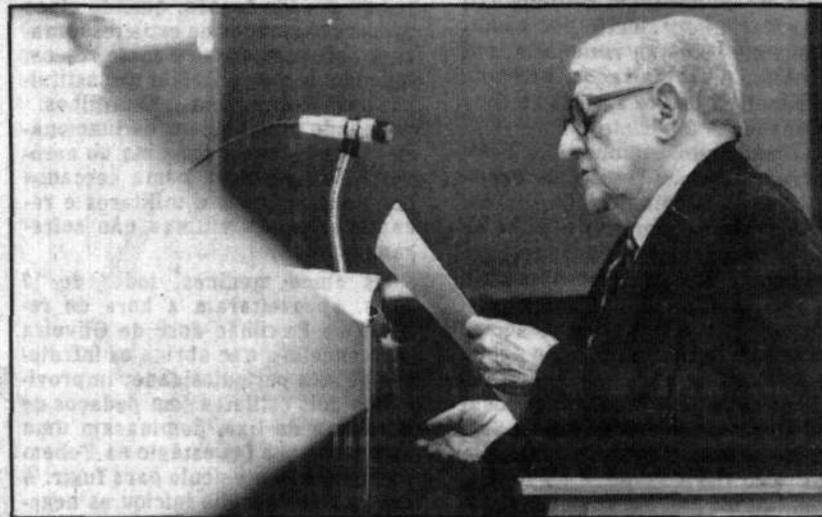
Já o Conselheiro Ney Prado, Professor da Fundação Getúlio Vargas, defende a obrigatoriedade da prestação do serviço militar, que considera indispensável ao País.

— Em caso de guerra — lembrou — o País deve estar preparado e seria um desrespeito à vida de um brasileiro mandá-lo para um campo de batalha sem ser treinado para isso.

A ressalva da obrigatoriedade em caso de o País estar em guerra só foi feita depois do seguinte comentário de Ferro Costa: "A simples dispensa da obrigatoriedade do serviço militar pode deixar o Brasil quase sem homens para defendê-lo em uma guerra".

Também foi aprovado, e desta vez por unanimidade, um artigo que garante a preservação da dignidade e da integridade física e mental. Pela primeira vez na história das Constituições poderá aparecer, se aprovado o projeto da Comissão, um parágrafo que considera a tortura um crime inafiançável e insusceptível de anistia ou prescrição.

A comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos, destinou aos índios um capítulo do projeto, o que também nunca foi tratado pela Constituição. O capítulo garante a eles todos os direitos da sociedade, sem prejuízo de seus usos e costumes,



Afonso Arinos continua a dirigir rush final da Comissão em Itaipava

com proteção às terras, bens, instituições e trabalhos, bem como a preservação da identidade. A principal discussão travada foi quanto ao direito do índio ao subsolo das reservas, que não poderá ser explorado por particulares.

As reservas indígenas foram consideradas pelo projeto como propriedade da União e sua destinação não pode ser alterada. O minério do subsolo só poderá ser explorado quando não existir reservas suficientes em outras áreas. A exploração ou pesquisas — exclusiva da União — terá de ser aprovada pelo Congresso Nacional e a comunidade indígena terá o direito a, no mínimo, cinco por cento do faturamento total.

Outro artigo que conseguiu unanimidade dos conselheiros determina que todos terão direito de acesso às referências e informações a seu respeito registradas por entidades públicas ou particulares, podendo exigir a retificação ou a supressão de dados incorretos que tenham fins estatísticos. Assim, não poderá haver, por exemplo, uma ficha secreta de informações sobre a atividade política de um cidadão.

O pagamento antecipado de taxas judiciárias também foi abolido da nova proposta da Comissão. Somente serão cobradas taxas no final de um processo e seu andamento independe de pagamento prévio de qualquer uma das partes.

Ex-parlamentares confiam no aproveitamento

Os ex-parlamentares que participam do esforço concentrado da Comissão Afonso Arinos, elaborando o texto final de alguns capítulos da proposta de Constituição, são otimistas em relação ao aproveitamento do seu trabalho pela Constituinte. Sem exceção, os sete ex-parlamentares presentes à reunião de Itaipava são muito influentes na Comissão e a experiência que eles adquiriram na prática parlamentar lhes assegura facilidades para fazer prevalecer seus pontos-de-vista.

No meio da tarde de ontem, após participar de longa reunião plenária e de outra com pequeno grupo que estudavam maneiras de fazer a Comissão trabalhar mais rápido, o seu Presidente, professor Afonso Arinos, afirmou não ter a menor dúvida de que os Constituintes vão aproveitar o trabalho. "Vão aproveitar sim, e muito satisfeitos, porque serão poupados do trabalho que nós estamos tendo".

Edgar da Mata-Machado, o único dos ex-parlamentares a dizer que

não tem "nenhuma segurança do acolhimento das sugestões pela Constituinte", acrescentou: "O que se pode esperar é só que o nosso enorme trabalho, iniciado em setembro do ano passado e que decorre de nomeação do Poder Executivo,

“O eleitor poderá selecionar candidatos que aprovelem as idéias aqui surgidas.”

MARIO MARTINS

seja de algum modo útil à elaboração de nossa lei fundamental".

Para o ex-Deputado Ferro Costa, "é um dever aproveitar a nossa proposta, porque o trabalho é técnico e feito com seriedade". Além disso, argumenta: "Historicamente, todas as Constituintes foram feitas a partir de um anteprojeto semelhante ao que a Comissão está preparando". O ex-Deputado José Meira reforça a

tese lembrando que os estudos da Comissão Arinos foram antecidos do exame de 10 mil sugestões remetidas à comissão por colaboradores de todo o País, coordenadas através de processo eletrônico.

O ex-Senador Mário Martins vai mais longe: ele considera o texto da Comissão como um elenco de princípios que servirão de referência para os eleitores escolherem os candidatos em novembro, o que implicará, na sua opinião, compromisso dos constitucionais com a proposta Arinos.

Josaphat Marinho, ex-Senador, tem a mesma opinião, baseado na circunstância de a minuta refletir a média do ideário dos eleitores que elegeram os constituintes, e esses, conseqüentemente, não deixariam de aproveitá-lo. O ex-Deputado Laerte Vieira acredita que, na parte política, a Constituinte poderá até ignorar as sugestões da Comissão, mas no geral acolherá a proposta. "Em matéria de princípios básicos, está havendo o cuidado de se englobar o que a média nacional deseja".

Juristas e bacharéis predominam no princípio

PETROPOLIS — Nos dois primeiros dias de reunião da Comissão Afonso Arinos em Itaipava, onde estão sendo redigidos os capítulos da proposta de Constituição relativos aos princípios fundamentais da ordem constitucional e da ordem social, os empresários e os Governos foram os grandes ausentes.

Os trabalhadores e a Igreja estavam bem representados mas quem predominou foram os juristas, os bacharéis e os profissionais liberais, que não tiveram dificuldade para fazer as suas propostas ao analisar os dois primeiros destes 14 dias de estudo, afirmou o Reitor da Universidade de Brasília, Christovam Buarque:

Está acontecendo em Itaipava uma antecipação do que será a Cons-

tituinte, quando vamos continuar dando elevado valor à forma sobre o conteúdo. Nessa circunstância a tendência é prevalecer a retórica jurídica, que inibe os demais debatedores.

Mesmo assim, Buarque destaca o fato de a Comissão ter aprovado sugestões de fundo, como por exemplo, o artigo incluído ontem no primeiro capítulo da proposta de Constituição, que inova o direito brasileiro ao prever que, em caso de omissão da lei, o juiz pode legislar.

As ausências mais notadas na reunião de Itaipava foram as do empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor licenciado do Grupo Votorantim, do Presidente do grupo Ipiranga, Pedro Gouveia Vieira, e do Presidente da Federação e Centro das

Indústrias de São Paulo (Ciesp/Fiesp), Luis Eulário de Bueno Vidigal. O Presidente da Companhia Internacional de Engenharia, Sérgio Quintela, participou da sessão de segunda-feira, mas em seguida seguiu para o Rio e não retornou.

Da parte do Executivo as ausências foram dos Ministros da Justiça, Paulo Brossard, da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, da Cultura, Celso Furtado, e do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos.

A comissão incluiu ontem no seu projeto de Constituição um parágrafo que poderá ensejar a dispensa do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, conforme proposta do Secretário Executivo, Mauro Santayana.

Roberto Campos: novas propostas

SÃO PAULO — A nova Constituição brasileira deve contar com dispositivos que assegurem a mais ampla liberdade de produzir, sem intervenção estatal, e descentralizem a administração. Essas propostas serão apresentadas à Constituinte pelo Senador Roberto Campos (PDS-MT) e foram reveladas ontem durante palestra sobre "aspectos institucionais da inflação", promovida pela empresa de consultoria Monvalle.

De acordo com a proposta do Senador, a liberdade de produzir se traduz na eliminação de órgãos como a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Secretaria Especial de Informática (SEI), que, segundo ele, "controlam e interferem na iniciativa privada".

No que se refere à descentralização administrativa, Roberto Campos sugerirá a privatização da maioria das empresas estatais e também das autarquias. As formas de privatização seriam aplicadas através da distribuição de ações equivalentes ao valor das devoluções do Imposto de Renda, entre outras medidas.

PC do B discute suas sugestões

SÃO PAULO — Integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) iniciaram ontem uma reunião, que deverá se estender até amanhã, para discutir as propostas que a agremiação encaminhará à Constituinte. O encontro, que contou com cerca de 50 pessoas entre membros da Comissão Nacional Provisória e representantes estaduais, foi aberto pelo Presidente do PC do B, João Amazonas, que destacou a necessidade de a Constituinte ser adotada como tema central das campanhas políticas de todos os partidos que disputarão as eleições.

Entre as propostas discutidas ontem — e defendidas por João Amazonas — está a da extinção do Senado, passando o Congresso a ser unicameral.